

# V SEMINÁRIO DE SAÚDE AMBIENTAL

Segurança da água no contexto da Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ

## MESA REDONDA II

Água para consumo humano: Regulação, tecnologias aplicadas e segurança da Água

FELIPE TOÉ  
Advogado - Assessor Jurídico

PALESTRA 1:  
O Novo Marco Regulatório do padrão de potabilidade

Realização:



**CT-SAM**  
Câmara Técnica de Saúde  
Ambiental dos Comitês PCJ

Apoio:



26  
ABRIL  
2022

# PRESTAÇÃO DO SANEAMENTO POR ASSOCIAÇÃO MULTICOMUNITÁRIA

## CENTRAIS DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO

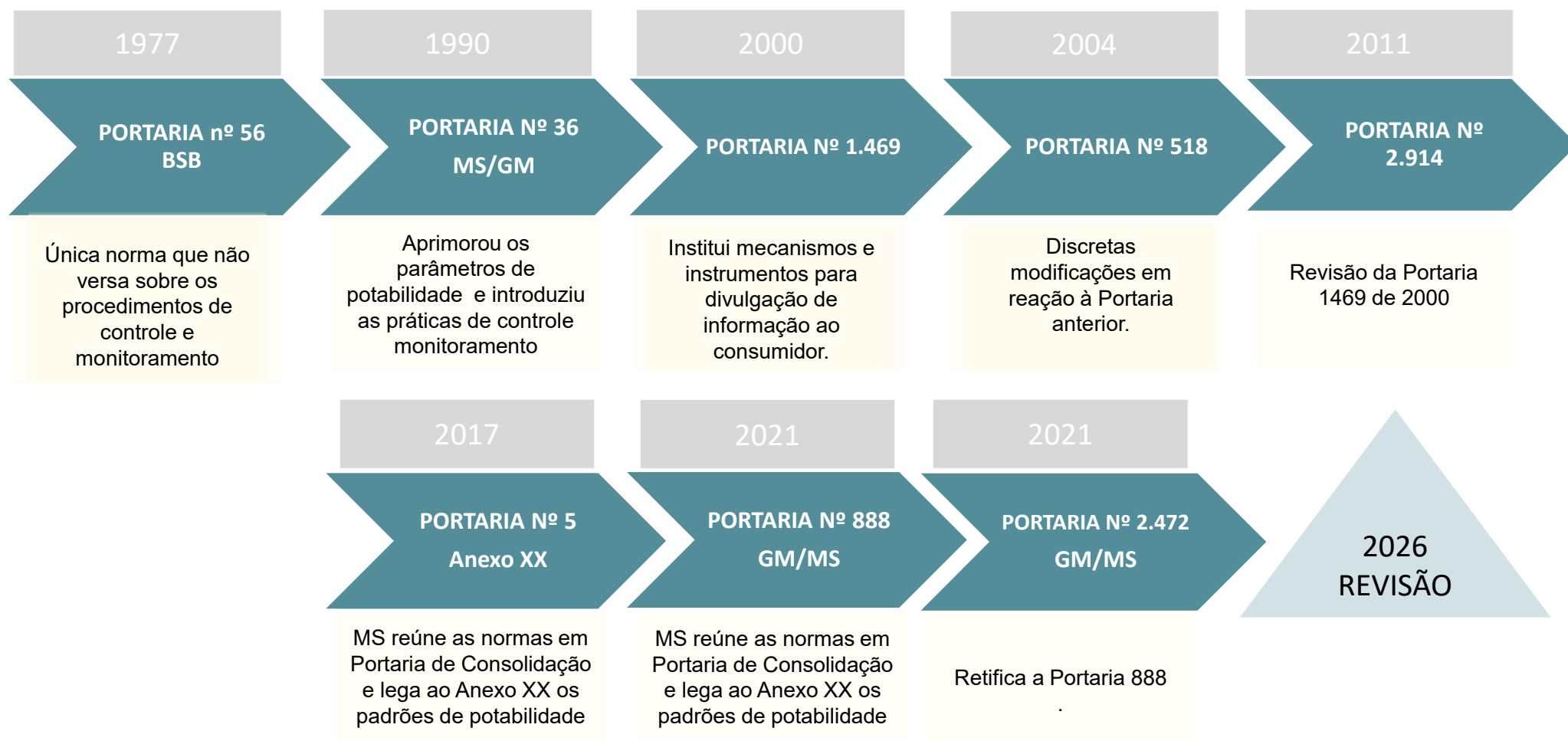


**FUNDAÇÃO 1995**  
**17 MUNICÍPIOS**  
**87 ASSOCIAÇÕES**  
**155 LOCALIDADES**  
**14.200 UNIDADES**  
**R\$ 22,00 TARIFA MÉDIA**



**FUNDAÇÃO 1998**  
**10 MUNICÍPIOS**  
**54 ASSOCIAÇÕES**  
**96 LOCALIDADES**  
**7.827 UNIDADES ATIVAS**  
**R\$23,00 TARIFA MÉDIA**

## LINHA TEMPO DAS NORMAS DE PADRÃO DE POTABILIDADE



# O NOVO MARCO REGULATÓRIO DO PADRÃO DE POTABILIDADE

## NORMATIVA EM VIGOR

**Portaria de Consolidação Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, Anexo XX**

**Portaria GM/MS 888 de 4 de maio de 2021**

## O que diz a Marco Legal do Saneamento sobre o tema Lei 11.445/2007

### Após a reforma de 2020

### Antes da reforma de 2020

A competência do M.S. era por força do Decreto Federal nº 79.367 de 09 de março de 1977.

Art. 43. A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

**§ 1º A União definirá parâmetros mínimos de potabilidade da água.**

Art. 23. A entidade reguladora, observadas as diretrizes determinadas pela ANA, editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços públicos de saneamento básico, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

**§ 4º No estabelecimento de metas, indicadores e métodos de monitoramento, poderá ser utilizada a comparação do desempenho de diferentes prestadores de serviços.**

## O NOVO MARCO REGULATÓRIO DO PADRÃO DE POTABILIDADE

### PROBLEMATIZAÇÃO

- 💧 Modelo decisório e de normatização **CENTRALIZADO** em tema transversal/multidisciplinar;
- 💧 Menção nominal a **ÓRGÃO GOVERNAMENTAIS**;
- 💧 Necessidade de observância ao **PRINCÍPIO DA ISONOMIA**;
- 💧 **EXTRAPOLAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO** conferida por Lei;
- 💧 **IMPOSIÇÃO DE ATIVIDADES PARA MUNICÍPIOS** que ainda não estão estruturados;
- 💧 **INGERÊNCIA EM TEMAS** de outros Ministérios/Órgãos governamentais;
- 💧 **INVIABILIDADE OPERACIONAL**, ausência de estrutura compatível para cumprimento;
- 💧 **IMPOSSIBILIDADE ECONÔMICA** do fiel cumprimento da Portaria;
- 💧 **ROTA DE COLISÃO COM NORMATIVAS** de outros Ministérios e órgão;
- 💧 **TERMINOLOGIAS** sem conceito;
- 💧 **DEFINIÇÕES CONCEITUAIS DIVERGENTES** em relação a outras normas e leis;
- 💧 Norma excessivamente **QUÍMICO/LABORATORIAL**;
- 💧 **IMPACTO DIRETO NO OPERACIONAL DO SANEAMENTO**, ao invés da saúde;
- 💧 **EXCLUSÃO** dos titulares e agências adequarem à suas realidades.

## O NOVO MARCO REGULATÓRIO DO PADRÃO DE POTABILIDADE

### Reconhecimento do regionalismo nas práticas operacionais de controle e monitoramento

Art. 45 Para **populações residentes em áreas indígenas e povos e comunidades tradicionais**, o **plano de amostragem para o controle da qualidade da água** deverá ser **ELABORADO DE ACORDO COM AS DIRETRIZES ESPECÍFICAS APLICÁVEIS A CADA SITUAÇÃO.**

# O NOVO MARCO REGULATÓRIO DO PADRÃO DE POTABILIDADE

## Possibilidade de modificação

### Portaria GM/MS 888 de 4 de maio de 2021

**Art. 51** O Ministério da Saúde promoverá, por intermédio da SVS/MS, a revisão deste Anexo no prazo de 5 (cinco) anos ou a qualquer tempo.

**Parágrafo único.** Os órgãos governamentais e não-governamentais, de reconhecida capacidade técnica nos setores objeto desta regulamentação, poderão requerer a revisão deste Anexo, mediante solicitação justificada, sujeita a análise técnica da SVS/MS.

destaque

nosso



# O NOVO MARCO REGULATÓRIO DO PADRÃO DE POTABILIDADE

## ENCAMINHAMENTOS E PROPOSTAS REVISÃO DA PORTARIA

- 💧 Busca de um modelo normativo não centralizado ou oriundo de colegiado;
- 💧 Restringir a Portaria a padrões de potabilidade legando aos titulares e às Agências Reguladoras os procedimentos de controle e monitoramento;
- 💧 Normativa que permita a categorização dos sistemas de abastecimento;
- 💧 Reconhecer e validar as diferenças regionais, descentralizado questões operacionais do controle de qualidade da água;
- 💧 Normas que se adequem à diversidade de modais de prestação de abastecimento de água;
- 💧 Descentralização das diretrizes dos Plano de amostragem;
- 💧 Legitimar a FUNASA como ente regulador das práticas operacionais e monitoramento.

# AGRADECIMENTOS

**FELIPE TOÉ**  
**Consultor Jurídico**



**[felipetoe@yahoo.com](mailto:felipetoe@yahoo.com)**

**31- 97166-8382**